# Crítica da Razão Pura - Prefácio da Tradução Portuguesa\* - 06/03/2016

Confidencia Kant que trabalhava em estudo sobre os limites da sensibilidade e  
da razão, buscando o segredo da metafísica até então não revelado e as bases  
em que se funda a representação, a nossa relação com o objeto. A crítica  
trataria apenas da consciência, tanto teórica quanto prática, simplesmente  
intelectual. E Kant pretendeu colocar a filosofia, que vinha de opiniões  
antagônicas, na via segura da ciência, como a lógica e a matemática  
consolidadas desde os gregos e a física se estabelecendo com Newton.  
  
Descartes fundou o cogito a partir do qual se deduziriam todas as verdades,  
mas causado externamente por Deus. O discurso cartesiano usou do método  
matemático e da ciência da proporção, que passando por Leibniz e Wolff  
desembocou na perfeição racionalista. Então Hume afasta a noção de substância  
para propor um sujeito psicológico que faz associações de representações  
sensíveis. Saindo da razão suficiente para o hábito humiano a causalidade se  
reduz ao sujeito psicológico e criticando o eu, a substância e a existência, o  
ceticismo cria a noção de fenômeno (puro conteúdo da consciência) como objeto  
formal do conhecimento. Seriam elas, a filosofia dogmática onde cada sistema  
impõe verdades metafísicas e a filosofia cética que suprime a metafísica.  
Kant, então, funda a filosofia crítica que visava investigar o que o  
entendimento e a razão podem conhecer, independentemente da experiência. Se é  
da natureza humana buscar uma metafísica e conhecer a coisa em si, primeiro  
precisaremos delimitar o conhecimento puro, a priori, que garanta a  
universalidade do saber.  
  
Assim como a nova ciência da natureza questiona a natureza, força-a a dar  
respostas e não permanece em uma atitude passiva de contemplação, Kant, pela  
revolução copernicana na filosofia pretende também fazer com que possamos nos  
guiar pela nossa natureza ante o objeto. Além de um saber a posteriori dado  
pela experiência, haveria um saber a priori que é a estrutura do próprio  
sujeito que torna possível aquela experiência. O conhecimento, por um lado, é  
extraído da experiência traduzindo-se em juízos sintéticos (particulares e  
contingentes) e juízos analíticos que são análises de conceitos que já temos  
das coisas, da própria noção do sujeito e são a priori. Mas o a priori deve se  
voltar para o sujeito e as faculdades que possibilitam o conhecimento das  
coisas. O estudo do modo de conhecer os objetos, que é um modo a priori, é a  
filosofia transcendental. Nem experiência, nem análise, é conhecimento  
sintético a priori. A síntese vem da faculdade espontânea do entendimento e da  
sensibilidade que é intuitiva e permite acesso imediato aos dados. O objeto  
indeterminado da intuição é o fenômeno, dado como matéria a posteriori e como  
forma a priori, seja no nível da sensibilidade que fornece a representação,  
seja nível do entendimento que faz a síntese unificadora das representações do  
objeto. Então, compreendemos as coisas como aparecem, como fenômenos, mas a  
coisa não conhecida, que não aparece, podemos apenas pensá-la - é o conceito  
de númeno.  
  
\_Sensibilidade\_. Possui espaço e tempo como formas a priori, não como  
conceitos, mas como intuições. São as formas originárias da experiência,  
formas cognitivas para construção da geometria (espaço) e da álgebra (tempo) e  
fundam os juízos sintéticos a priori. A Estética Transcendental trata do  
espaço que é realidade empírica [externa] - sem experiência o espaço não é  
nada; também trata do tempo que é condição interna para o pensar - o sujeito  
pensa a coisa em si sem espaço. Então, a construção de conceitos matemáticos  
(e físicos) são a partir das formas a priori da sensibilidade, mas as  
qualidades sensíveis são dadas pelas sensações.  
  
\_Entendimento\_. Na Analítica Transcendental (primeira parte da Lógica  
Transcendental), estudam-se os conceitos a priori que se unificam no ato de  
julgar. As categorias\*\* permitem a síntese dos dados da intuição em um objeto  
e são formadas por um esquema pela imaginação, que permite associar o  
inteligível (categoria) ao sensível (fenômeno). As categorias fundam os juízos  
sintéticos a priori da física, já que todo conhecimento do real é sintético,  
mas limitados na sensibilidade por um uso imanente e não transcendente. E por  
isso a coisa em si é incognoscível, porque não temos uma intuição intelectual,  
embora ela seja suposta com fonte das impressões, que são enquadradas pelas  
formas a priori, espaço e tempo, da intuição sensível em fenômenos,  
inteligíveis pelas categorias, tornado-os objetos. A filosofia funda a ciência  
objetiva, mas a limita ao mundo fenomênico. E a metafísica?  
  
\_Razão\_. Na Dialética Transcendental (segunda parte da Lógica Transcendental),  
estuda-se o raciocínio, ato próprio da razão que liga os juízos em uma maior  
unidade possível. Subindo de condição em condição (já que os conhecimentos do  
entendimento são condicionados) se dirige ao incondicionado ou absoluto e  
busca-se a unidade total. O conceito próprio da razão é a ideia que não  
apresenta objeto nenhum nos sentidos e são três: alma, mundo e Deus\*\*\*. Delas  
não temos conhecimento objetivo porque são transcendentes.  
  
Se somente há conhecimentos a priori em matemática e física, a metafísica  
dogmática é impugnada, mas a razão pura admite outra metafísica, uma imanente,  
idealista temperada com o realismo das coisas em si. É o idealismo  
transcendental que distingue fenômeno e coisa em si. A coisa em si não é causa  
do fenômeno, mas condição da idealização dele, enquanto doadora de dados  
hiléticos. Entretanto, não podemos conhecê-la, já que não temos uma intuição  
não-sensível e não acessamos o mundo da transcendência. A especulação da razão  
no uso transcendental diz respeito a três objetos: a liberdade da vontade, a  
imortalidade da alma e a existência de Deus. A coisa como fenômeno se submete  
às leis naturais, mas como coisa em si está subordinada a uma causalidade  
inteligível, a liberdade. Essa causalidade livre parte do homem e não está no  
campo do conhecimento (aqui salvam-se as ciências positivas), mas na razão  
prática que vai fundamentar a metafísica moral, e aí se pode falar da  
realidade da alma e de Deus (aqui salva-se o teísmo tradicional). Se Kant  
balançou entre idealismo absoluto e realismo com coisas em si, o movimento  
idealista que se segue traz a tona a intuição intelectual, eliminando a coisa  
em si e destacando o sujeito. O saber, então, é atribuído ao pensamento  
absoluto ou razão. Já a limitação neokantiana se volta para a Analítica  
transcendental compreendida como teoria da ciência. Até Heidegger que procura  
uma aprioridade fora do sujeito, será uma facticidade que é um funcionalismo,  
uma exegese do universal.  
  
\_\_\_\_\_  
  
\* Alexandre Morujão. In: Crítica da Razão Pura - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010.   
\*\* Não são propriedades das coisas como em Aristóteles, mas formas lógicas,  
funções do entendimento para unificar sujeito e predicado em um juízo,  
reduzindo as percepções à unidade de um objeto.  
  
\*\*\* Ideia de alma: unidade absoluta do sujeito pensante (na metafísica  
wolffiana objeto da psicologia racional - aqui o \_cogito\_ nada pode dizer a  
respeito da natureza da alma que não é objeto da intuição, ele apenas garante  
a unidade do conhecimento); ideia de mundo: unidade absoluta da experiência  
externa (na metafísica wolffiana objeto da cosmologia racional - ao falar do  
mundo cai-se nas antinomias, o uso dogmático da razão leva a uma ilusão  
transcendental que deve ser combatida por uma atitude crítica, evitando o  
convite ao ceticismo); ideia de Deus: unidade absoluta de todos os objetos do  
pensamento (na metafísica wolffiana objeto da teologia racional - nesse caso,  
as provas da existência de Deus transcendem os limites da experiência, a  
realidade objetiva do conceito de Deus não pode ser provada nem refutada).